

Arrendatários de colônia agrícola desvirtuam projeto

Augusto Aguiar

Mais de mil e 600 chácaras e mansões localizadas nas colônias de Vicente Pires, Samambaia, São José e Vereda da Cruz, todas do Projeto Águas Claras, destinadas a atividades agrícolas, estão na mira do GDF. De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) - que está com o governador Joaquim Roriz para ser sancionado no próximo dia 18 — a região foi incluída nas Zonas de Expansão Urbana (ZEU) e por isso é passível de loteamento. Hoje existem ali lotes que têm em média 30 mil metros quadrados ocupados por empresários, advogados, funcionários públicos e por poucos agricultores não justificando o parcelamento então criado pela extinta Fundação Zoobotânica (FZDF).

Localizada numa área de terras entre a Via Estrutural e a Estrada Parque de Taguatinga (EPTG), desde a divida do Jockey Club até quase a Estrada Parque Contorno daquela satélite, a região tem sido alvo de muita polêmica. Já há algum tempo ela está sob suspeita de ser uma grande área de lazer, tendo de colônia agrícola só mesmo o nome, pois a maioria dos proprietários utilizam-na apenas para passar os finais de semana. Ao percorrer o local o que se observa são casas suntuosas fechadas e famílias de caseiros encarregadas apenas pela segurança e manutenção. As construções são, na maioria, em estilo colonial, com dois pavimentos, muitas delas também com extensas áreas gramadas, piscinas, campo de futebol, palmeiras ornamentais e até viveiros de araras.

Quanto à produção agrícola — destinação prioritária das terras quando foram cedidas pela Fundação Zoobotânica durante a gestão José Ornellas — o presidente da Associação de Produtores, Gentil Farias, afirma que em todas as propriedades é cumprido o contrato de utilização. “Só que cada arrendatário administra como quer”, comenta. Por isso, nota-se claramente o desvirtuamento da ocupação.

Hobby — À época da concessão, os ocupantes das chácaras se comprometiam a plantar em 90 por cento da área total, ficando a critério de cada um o tipo de produto. Hoje, somente alguns caseiros, por hobby ou na tentativa de disfarçar, cultivam pequenas plantações a maioria para consumo próprio — provando os argumentos daqueles contrários ao projeto de que ali nunca foi uma área de produção agrícola. Reforçando a tese, nota-se que seus proprietários nada têm a ver com a figura tradicional do pequeno produtor.

Pelas informações dos caseiros de algumas propriedades da colônia Vicente Pires, pode-se confirmar esta deturpação. Eles dizem que o que se planta — e mesmo assim em pequenas proporções — é para consumo próprio. “Colhemos algumas frutas, que são divididas entre a família do patrão e a nossa”, explica um deles. Mas a contestação é imediata e quem faz é o presidente da Federação dos Produtores Rurais de Brasília, Arnóbio Silva Queiroz, ao lembrar que os

agricultores da região foram até premiados em competições de qualidade e produtividade recentemente. As chácaras que mais produzem — 200 ao todo são as localizadas às margens de córregos e nascentes.

CPI — A questão da produção agrícola — um dos temas investigados durante a CPI da Terra instalada no ano passado na Câmara Legislativa para apurar irregularidades no Projeto Águas Claras — chegou a ser constatada pela Emater que concluiu em apenas 1,7 por cento a produtividade local comparada com a média do DF. A maior participação, segundo levantamento do órgão, fica com a fruticultura, principalmente laranja, limão, manga e banana.

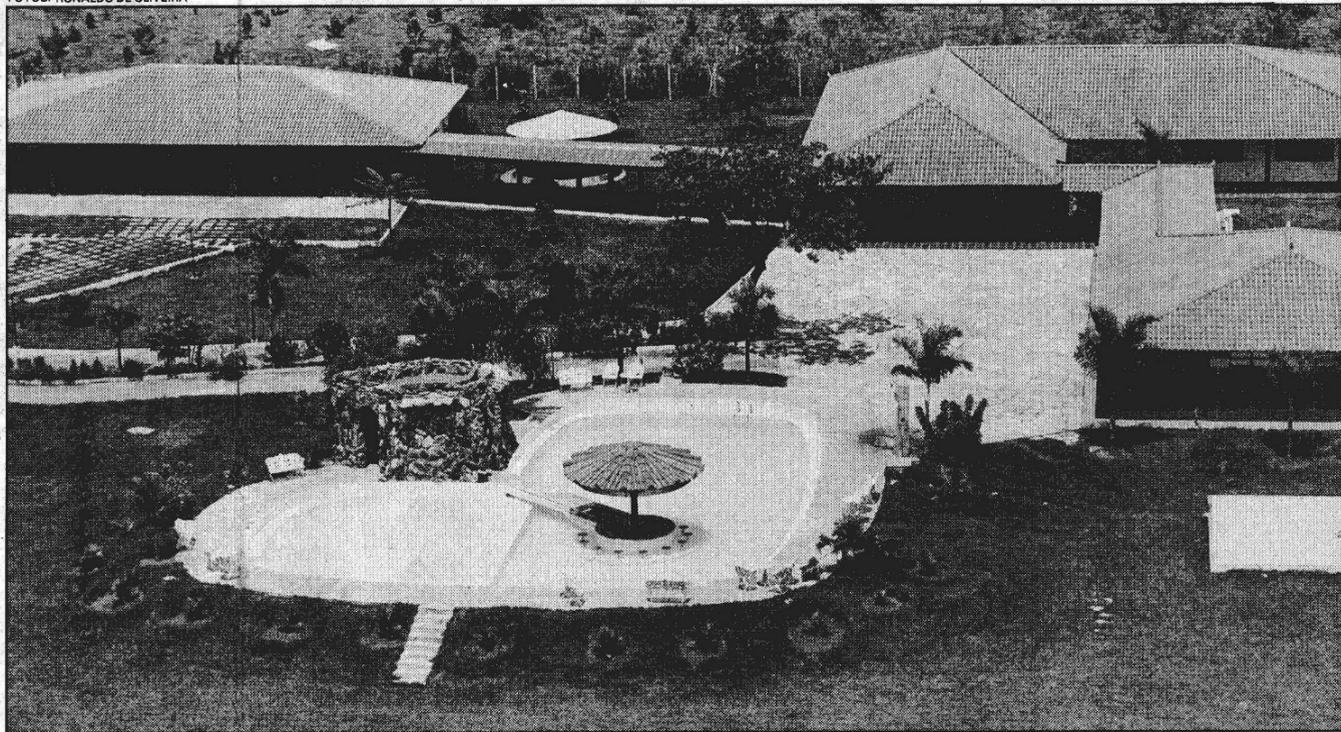
O deputado José Edmar Cordeiro (ex-PRN e hoje sem partido), presidente da CPI da Terra, conta que o que se verifica na região do Projeto Águas Claras é “mero oportunismo”. Na sua opinião, a grande maioria dos arrendatários não tem ligação com a agricultura e apenas “desfruta das benesses de morar numa área nobre”, de alta valorização imobiliária. “O PDOT está caminhando junto com os objetivos propostos na CPI, que teve a preocupação de proteger os verdadeiros produtores”, comenta o deputado distrital.

No que dependesse dele e dos demais integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, as chácaras já teriam sido desocupadas. Chegou a ser instaurado inquérito policial, a pedido do promotor de Justiça Amarílio Tadeu de Almeida, do Ministério Público, que entendeu existirem vários ilícitos penais no caso da extinta FZDF. Mais de 50 pessoas foram ouvidas pela CPI da Câmara Legislativa, dando origem a 60 volumes de relatos e depoimentos, desde a época em que os contratos de Águas Claras foram assinados oficialmente, em 1987, na gestão do governador José Aparecido. Pela conclusão da CPI, o artigo 6º do Decreto 10.893/87 foi desrespeitado, uma vez que determinava a concessão de terras a pessoas comprovadamente ligadas à atividade agrícola.

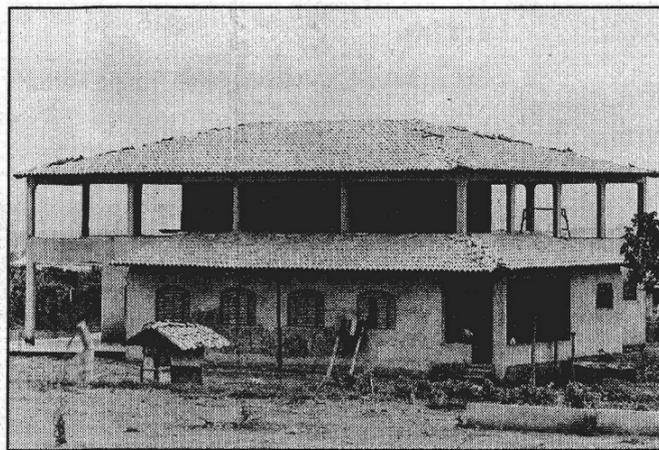
APA — Segundo informação da Secretaria de Obras, autora do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, apesar de ter sido constatada a má utilização das terras no Projeto Águas Claras, é precipitado acreditar que tudo vá ser dividido. Acredita-se, porém que até o mês de março será feita a licitação para venda. Além de Águas Claras, outras colônias estão na mesma situação, como as de Bernardo Sayão, Veredão, Arniquireiras e Boa Nova, que devem ser analisadas caso a caso. Um dos aspectos a ser considerado são as Áreas de Proteção Ambiental (APA). Só em Águas Claras elas correspondem a 55 por cento do total da região.

Os representantes dos produtores garantem que contatos estão sendo feitos diretamente com o governador Joaquim Roriz, no sentido de que seja criada uma solução intermediária, sem desapropriações e prejuízos para os arrendatários. O fato é que, com a divisão e a venda, as chácaras renderão aos cofres públicos cerca de 600 milhões de dólares, de acordo com os cálculos dos técnicos.

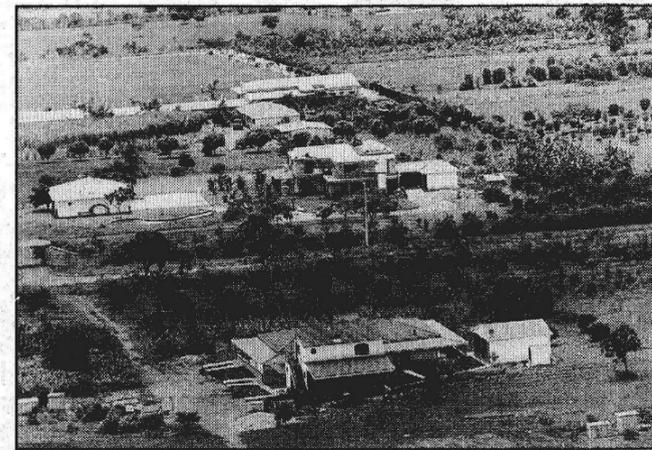
FOTOS: RONALDO DE OLIVEIRA



Muitos proprietários construíram piscinas e utilizam-nas somente para lazer nos finais de semana



A maioria das casas, em estilo colonial, possui 2 pavimentos



Os loteamentos ficam quase sempre abandonados pelos donos